
ATA DA 17ª REUNIÃO DA CTINS DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA PIRAPONEMA

1 Ao trigésimo primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze
2 horas, por meio da plataforma de videoconferência Zoom pela UR:
3 <https://us02web.zoom.us/j/88282327176>, e disponibilizada pela plataforma Youtube acesso
4 ao link: <https://youtu.be/iDpK04WRo8M>, foi realizada a 17ª Reunião da CTINS do Comitê de
5 Bacia Hidrográfica Piraponema, diante da presença da Coordenadora com a função de
6 relatora a Sra. Marta Luzia de Souza – Universidade Estadual de Maringá; o sr. Alexandre
7 Martin Martinez – Vancouros; o sr. Pedro Dias – ABRAPCH; a sra. Juliane Kerkhoff -
8 Prefeitura Municipal de Maringá; o sr. Silvio Silvestre Barczsz – Unicesumar, a sra. Rosa
9 Volpato, Lucineide A. Maranhão, Alexandre B. Jucá– Secretaria Executiva do Instituto Água
10 e Terra. Convidadas: Sra. Josete de Fátima – SANEPAR; a sra. Leda Neiva Dias - IAT e
11 Maira Trevisan - CISPAP. Ao início da reunião a Sra. Marta Luzia de Souza cumprimentou
12 a todos e deu início destacando a participação da Juliane da Prefeitura de Maringá a nova
13 integrante, a Neiva do COALIAR como ouvinte, e o Alexandre, que apresentaria dados
14 atualizados sobre a cobrança na bacia. Alexandre Jucá então fez sua apresentação,
15 mencionando que recentemente houve uma reunião do grupo de cobrança do
16 Paranapanema, onde foi apresentada uma versão preliminar de um estudo. Ele explicou
17 que a primeira fase envolveu a coleta de dados e discussões sobre o cadastro de outorgas,
18 mas ainda não haviam avançado para estudos econômicos ou capacidade de pagamento.
19 Alexandre compartilhou uma ferramenta no Excel para estimar valores de cobrança anual,
20 utilizando dados do novo sistema do IAT. Ele apresentou os cálculos preliminares,
21 reconhecendo limitações na precisão devido à renovação de outorgas. Também mencionou
22 que ajustaria o arquivo antes de disponibilizá-lo, removendo informações confidenciais
23 como CNPJ e CPF. A Josete da Sanepar questionou se esses dados estavam disponíveis
24 publicamente, ao que Alexandre respondeu que, após a LGPD, algumas informações
25 podem estar anonimizadas. Durante a discussão, Alexandre destacou que a cobrança

26 incluía apenas portarias de outorga de direito, excluindo outras categorias como
27 declarações de uso independente. Ele também explicou a fórmula utilizada para calcular a
28 cobrança, que considerava o volume captado e lançado. Ao final, houve uma discussão
29 sobre a inclusão da agropecuária na cobrança, com ele sugerindo que isso poderia trazer
30 resultados mais significativos. Após a Josete levantou a importância de ter uma noção clara
31 do volume outorgado, especialmente durante períodos de estiagem, para uma gestão mais
32 eficaz da bacia, enfatizando a necessidade de se estabelecer um custo baseado nas
33 necessidades reais da bacia. O Alexandre Jucá continuou a apresentação, respondendo a
34 dúvidas sobre valores por metro cúbico, explicando que os valores de volume outorgado
35 estão em metros cúbicos e a carga de DBO em quilogramas. A Maira questionou se os
36 preços públicos de saneamento seriam cobrados por metro cúbico ou litro. Alexandre Jucá
37 esclareceu que os valores são agregados e que a cobrança de DBO é por carga, em
38 quilogramas. Ele também mencionou a possibilidade de analisar o número de usuários e o
39 volume outorgado por tipo de usuário, sugerindo a criação de uma planilha dinâmica para
40 facilitar essa análise. Alexandre Martines complementou, indicando que a planilha permitiria
41 a criação de gráficos e análises mais detalhadas. Foi discutido sobre a confidencialidade
42 dos nomes das empresas, mas concluiu-se que, sendo informações públicas, não haveria
43 problema em divulgá-los. Durante a análise, Alexandre Jucá identificou uma possível falha
44 na planilha de efluentes e sugeriu correções. Ele mencionou a simplificação dos dados para
45 indústrias e verificou a existência de outorgas compartilhadas entre empresas, como no
46 caso da Vancouros, cujo valor anual foi discutido. A reunião também abordou a questão de
47 como as outorgas compartilhadas são tratadas no sistema, com Alexandre Martines
48 sugerindo que a cobrança fosse dividida entre as empresas envolvidas. Alexandre Jucá
49 propôs conversar com o setor responsável para entender melhor o procedimento das
50 outorgas compartilhadas e a possibilidade de ajustá-las no sistema. Marta mencionou a
51 necessidade de discutir como a administração dos valores poderia ser compartilhada para
52 reduzir custos. A reunião concluiu com a promessa de disponibilizar a planilha para
53 simulações e ajustes necessários, com foco em melhorar a capacidade de análise e decisão
54 sobre os valores e a cobrança dentro da bacia hidrográfica. O Alexandre Jucá abordou uma
55 discussão sobre a cobrança de taxas em bacias hidrográficas. Ele considerou a dificuldade
56 de entendimento e a complexidade de decidir se deveriam cobrar dos usuários,
57 especialmente em casos de usos insignificantes de água. Ele mencionou que o valor pago
58 por todos é destinado a investir na bacia inteira e que é importante saber quantos estão
59 participando dessa melhoria. Jucá também destacou a necessidade de obter dados sobre
60 o uso insignificante para entender melhor a distribuição e o consumo de água. Já a Josete

61 acrescentou que não via problema em trazer dados de uso insignificante e questionou se a
62 proposta seria aumentar o valor cobrado das outorgas para compensar o que não pode ser
63 cobrado do uso insignificante. Ela explicou que o objetivo era entender quantos usuários se
64 beneficiam e como a sazonalidade e a estiagem afetam a necessidade de investimentos na
65 bacia. Alexandre Jucá concordou que a cobrança não deveria ser apenas arrecadatória,
66 mas sim um mecanismo bem pensado, com base nos dados da bacia e nas necessidades
67 dos usuários. Ele sugeriu que o comitê poderia solicitar informações sobre o percentual de
68 uso insignificante na bacia para fins informativos, mas ressaltou que isso não alteraria o
69 mecanismo de cobrança. Marta sugeriu que se avaliasse o plano da bacia e as ações
70 previstas para serem financiadas com os recursos arrecadados. A Josete concordou que,
71 com dados mais claros, seria possível fazer uma cobrança mais justa e informada. Eles
72 concluíram que precisavam levantar dados mais detalhados para discutir a cobrança em
73 reuniões futuras. No final da reunião, a Marta informou da solicitação a CTINS da
74 reavaliação da classe de enquadramento do córrego Coruja, apresentado na 44ª Reunião
75 Ordinária, e a Josete disse que começou a pesquisar sobre a bacia envolvida para contribuir
76 com a discussão. A reunião terminou com o compromisso de continuar as discussões e
77 levantar os dados necessários para uma cobrança mais eficaz e justa.

78 De Acordo,

79

80


Marta Luzia de Souza

81

Coordenadora da CTINS do Comitê de Bacia Hidrográfica do Piraponema